

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.388 - MG (2018/0274797-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : EMANUEL DE JESUS QUEIROZ (PRESO)
ADVOGADOS : LUÍS EDUARDO LOPES SERPA COLAVOLPE - BA056535
BRUNO LEONARDO VALVERDE DA SILVA PINTO -
BA049682
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por EMANUEL DE JESUS QUEIROZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n. 1.0000.18.084709-7/000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 08/06/2018 e restou denunciado pela suposta prática dos delitos previstos no art. 33, caput, da Lei 11.343/06 e art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/03. Referida custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte Estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO COM NUMERAÇÃO RASPADA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO ART. 312 DO CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - ILEGALIDADE DA DECRETAÇÃO DA PREVENTIVA - INOCORRÊNCIA - ORDEM DENEGADA

Estando a decisão devidamente fundamentada, e demonstrando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, não há que se falar em reforma, vez que a prisão cautelar foi realizada nos termos dos artigos 312 do Código de Processo Penal.

O art 310, II, do CPP, autoriza a conversão da prisão em flagrante em preventiva ex officio pelo Magistrado quando este, ao receber o auto de prisão em flagrante, verifica estarem presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Impõe-se a aplicação prisão preventiva, uma vez ser medida mais eficiente para garantia da ordem pública. (fl. 73):

No presente recurso, sustenta a defesa do recorrente existir nulidade na

prisão em flagrante e que não estão presentes os requisitos para imposição da custódia cautelar, destacando a desproporcionalidade da manutenção da medida extrema e a possibilidade da aplicação de medidas alternativas à prisão.

Requer, em sede liminar e no mérito, o provimento do recurso para revogar a prisão preventiva e permitir que o recorrente se defenda solto na ação penal.

Liminar indeferida às fls. 189/190.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 195/202).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, em 07/12/2018, sobreveio sentença condenando o recorrente, ocasião na qual lhe foi deferido o direito de recorrer em liberdade, sendo expedido alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator